



"Quão Dificil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 15/09

25 de Maio de 2009



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.



Vale sempre a pena Lutar!



No dia-a-dia das Unidades deparamos por vezes com camaradas que, em conversa, se e nos interrogam sobre a utilidade de acções como faltas ao almoço, vigílias, reuniões, manifestações, debates, tribunas públicas, enfim, toda a panóplia de iniciativas que, rigorosamente dentro da Lei, a ANS utiliza como forma de tornar visível o descontentamento profundo que grassa dentro da Família Militar em geral, e particularmente no seio da Classe de Sargentos, enquanto que, por outro lado, continua a haver quem se empenhe intensamente para que este descontentamento fique escondido.

A ofensiva contra a Condição Militar tem sido grave, incessante e prolongada no tempo, como nunca antes se viu, com particular incidência desde 2005, em que a máquina da propaganda montada pelo governo tem tido papel de relevo, de tal forma que se torna algo difícil vislumbrar qualquer sinal de que a resistência da Classe de Sargentos deu algum fruto. Contudo os resultados existem! Vejamos três exemplos rápidos:

- Ao contrário do disposto na Lei, inicialmente o Exército Português recusou-se a pagar o diferencial devido pelas correcções na antiguidade face a 1SAR da Marinha mais modernos, invocando algo tão estranho como a "caducidade" da Lei. Confrontado com a denúncia pública e com a luta dos Sargentos, iniciou os pagamentos, (embora ainda não tenha pago a todos a quem deve e tenha gerado outras situações de distorção inaceitável), mas continuou a recusar pagar aos militares que entretanto tinham transitado para a situação de Reserva. Os Sargentos, representados na sua ANS, recusaram baixar os braços e, esta semana, o Exército começou a pagar também a esses camaradas.

- Numa recente interpretação do DL 159/2005, pela Caixa Geral de Aposentações, este organismo pretende aplicar aos militares da GNR os direitos do regime de reforma anterior a 2005, apenas aos militares da GNR que em 31 de Dezembro de 2005 reuniam as condições para passagem à reforma. Isto é muito semelhante ao que tentaram fazer às Forças Armadas, por via do Despacho de interpretação do DL 166/2005, em que inicialmente a CGA fazia o mesmo tipo de leitura. A CGA mudou de opinião porque a Família Militar, e particularmente a Classe de Sargentos, resistiu, levando a cabo inúmeras iniciativas, com maior ou menor visibilidade, para impedir mais este esbulho.

- Na passada Quinta-feira, 21 de Maio de 2009, numa iniciativa histórica, mais de oito mil polícias representando todos os sindicatos de Polícia participaram numa manifestação em Lisboa, sendo de realçar que uma das exigências fulcrais visa o restabelecimento da assistência na doença para os seus familiares. Nessa mesma iniciativa, e noutras anteriores, referiu-se o exemplo dos militares que, em 2005 e 2006 souberam defender a manutenção da assistência na doença para as suas famílias.

Camaradas,

Por maior que seja a peneira com que tentem tapar o Sol, há duas verdades indesmentíveis:

- 1- A situação da Família Militar Portuguesa é gravíssima, com problemas, lacunas, atropelos e incumprimentos à Lei, praticamente diários, como desde há muito vimos denunciando;

2- Contudo, não fora a luta e resistência da Família Militar na qual os Sargentos de Portugal estão congregados na sua associação representativa, a Associação Nacional de Sargentos, bem diferente, para pior, seria a actual situação!

Mais uma vez desde há muitos anos a esta parte o aniversário da Associação Nacional de Sargentos ocorre num momento de forte ataque aos direitos e carreiras dos militares e mesmo à existência do actual modelo das Forças Armadas, com forte pendor de serviço público e bem enraizadas no Povo do qual emana e ao qual deve obediência constitucional.

O Governo, alavancado numa maioria absoluta obediente, aprovou acriticamente as propostas de alterações às LDNFA, LOBOFA e RDM, levando a recuos civilizacionais com mais de um século de existência; e, no próximo dia 5 de Junho, em vésperas das eleições para o Parlamento Europeu, prepara-se para, em sede de plenário da AR, aprovar a *mata-cavalos* aquelas leis sem ter em conta os sérios avisos formulados por altas individualidades militares, as propostas avançadas pelas associações socioprofissionais e, em muitos casos, dos próprios Chefes Militares.

Infelizmente um mal nunca vem só: tudo aponta para que o Governo, logo a seguir às eleições europeias no dia 7 de Junho, apresente e aprove em tempo *relâmpago* as suas propostas desastrosas de revisão das Carreiras, deixando-nos assim uma pesada herança que nos obrigará a recuos significativos no quadro dos direitos de compensação pelos onerosos deveres impostos pela Condição Militar, e a consumir energias e tempo resistindo e defendendo-nos numa trincheira mais recuada e ainda menos favorável do que a actual. Antevendo a contestação que tais medidas originarão no seio dos militares, acelerou a produção de um RDM altamente repressivo para estar em posse de um mecanismo que possa forçar os militares a ficarem calados.

Podem muito bem estar enganados! Resistiremos!

Por tudo isto é importante que as **comemorações do 20º aniversário da ANS** sejam participadas de modo significativo, constituindo-se, elas próprias, em jornadas de unidade e afirmação da resistência dos Sargentos de Portugal às medidas que o Governo, perversa e desesperadamente nos quer impor no fim deste terrível mandato.

Cientes da importância que cada acto associativo poderá ter na defesa da Dignidade Profissional e da Condição Militar, a Direcção da ANS exorta os Sargentos a inscreverem-se no jantar comemorativo do 20º aniversário da ANS, a realizar no próximo sábado dia 30 de Maio, no Espaço Tejo, no Centro de Congressos de Lisboa (antiga FIL).

Exorta ainda todos a manterem-se unidos e prontos a responder afirmativamente às acções de luta que a Direcção da ANS venha a promover para que o Governo, a sua maioria absoluta e os partidos da oposição que têm estado hesitantes ou mesmo ao lado do Governo, possam reprovar as intenções de revisão autista do RDM e das Carreiras Militares.

Mantenhamo-nos Atentos, Disponíveis, Firmes e Unidos até que a Lei se Cumpra!

Hoje, como nos 20 anos da nossa existência, na Defesa da Dignidade da Condição Militar!

A Direcção

Lisboa, 25 de Maio de 2009